

K. RELATO DE UMA BUSCA E A RECORDAÇÃO IMPOSSÍVEL DA MORTE

Amanda Mendes Casal PINHEIRO*

- **RESUMO:** Este artigo analisa o romance *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. Propõe-se, com base na reflexão de Philippe Lacoue-Labarthe (2011), a literatura como rememoração de um evento para o qual não há lembrança: a morte. Assim, aproxima-se essa compreensão de narrativa e o período histórico da ditadura militar, quando o Estado de exceção, após a tortura e o desaparecimento de cidadãos brasileiros, negou a seus familiares a verdade histórica sobre sua morte. A morte, portanto, se torna impossível para aqueles que foram atingidos pelo terrorismo de Estado. A narrativa torna-se território de um morrer infinito, que leva ao limite a morte impossível dos desaparecidos políticos. Trata-se de um trabalho ancorado em discussões de pensadores da escrita depois de Auschwitz, que podem lançar luz sobre a impossibilidade do testemunho e da ficção em face de um evento no qual a história se abisma e se abraça.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura militar. Narrativa. Desaparecimento. Busca. Morte.

“*Caro leitor: Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu*” (KUCINSKI, 2014, p. 8). Com essa advertência aos leitores, Bernardo Kucinski entrega ao público, em 2011, o livro *K. Relato de uma busca*, reeditado e republicado em 2014 pela já extinta Cosac Naify, quando se completaram 50 anos do golpe militar. A curta passagem revela que situá-lo entre outras ficções suscita incômodo inevitável, do mesmo modo que categorizá-lo como narrativa histórica, pois sabemos que se trata de uma história familiar que se encontra com a história recente do Brasil. A advertência desperta questões: há um leitor que precisa ser informado sobre a fronteira entre a ficção e o acontecido? Ou há um autor implícito incomodado com essa fronteira? Há um leitor, também implícito, que deva ser informado da existência de um referente histórico num relato que seria confessional, evocando fantasmas familiares, se não fosse o fato de que a história da irmã de Bernardo, Ana Rosa Kucinski/Silva, é símile à narrativa de outras famílias, que, passadas três décadas da Constituição Federal de 1988, ainda não puderam enterrar seus mortos?

* Doutoranda em Estudos da Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF). amandamendesacasal@gmail.com.

O cuidado que inspira o autor a redigir esse paratexto de advertência já pode sugerir a tensão em que o livro permanece suspenso, principalmente, depois de entregue ao leitor. Porque não basta confessar a invenção, é preciso ainda confessar o acontecido num relato que, mesmo que seja uma história de família - que inclua elementos ficcionais -, ainda diz respeito a todos nós. A ideia mesma de um nós - qual nós? Nós, brasileiros? Nós, contemporâneos da democracia? Nós, contemporâneos do esquecimento? -, um nós que não compartilha, que não engendra obra da partilha, tal como murmura a epígrafe tomada de *Grande sertão: veredas*: “*Conto ao senhor é o que sei e o senhor não sabe: mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba*” (ROSA apud KUCINSKI, 2014, p. 5) -, permanece em suspenso, fazendo com que a narrativa gagueje e inscreva a interrupção, de sorte que a interrupção devesse parte da narrativa. Assim, gritar o acontecido na ficção denota que há náusea, mal-estar, ou se torna sintoma da necessidade de despir a ficção, uma vez que o pacto que a sustenta foi perdido e se está diante da exigência de criar outro estatuto do ficcional. Esse pacto se quebrou porque o referente histórico se arruinou no Brasil contemporâneo.

Tanto a epígrafe de Guimarães Rosa, quanto a advertência ao leitor - elementos de ruminação da própria ficção - acenam para a ruína do referente histórico em duas frentes: a primeira, como expõe a epígrafe, consiste ignorância/desconhecimento de uma história esburacada, silenciada, mal contada, como ainda permanece a memória coletiva da ditadura civil-militar. Nesse sentido, a conversa da narrativa de Guimarães Rosa ilustra o tom de murmúrio, de conversa à boca pequena, de impasse da incompreensão e de impossibilidade de distanciamento que tornam o relato algo que não se pode alcançar. A partir dessa experiência que K. tem sua permissão e sua interdição, de modo que essa seja a narrativa da interdição, do testemunho incompleto prestado pela testemunha de um fato que lhe falta. Narra-se a experiência do autor de K., que se apresenta na advertência ao leitor, e ao mesmo tempo de K., o pai na narrativa, que tem de lidar com a impostura de seu papel paterno diante do mistério do desaparecimento de sua filha por agentes da repressão, autorizados pelo Ato Institucional nº 5, outorgado por Costa e Silva.

A segunda frente da ruína do referente histórico consiste no que o autor designa por “mal de Alzheimer nacional”, no paratexto intitulado “As cartas à destinatária inexistente”, que se afasta do restante dos capítulos somente pelo emprego da fonte em itálico e pelo registro do local e da data “São Paulo, 31 de dezembro de 2010” - um dado de realidade, que faz pensar na dureza dos números. Dois irmãos são apresentados: Ana Rosa, desaparecida em 22 de abril de 1974, e o autor, atormentado por cartas que atestam uma vida que é morrer infinito, qual doença da morte, agudizada por uma data comemorativa, reconhecidamente familiar, iniciática, transicional, catártica. Por meio da ruminação de um ano velho, inconcluso, parece se abrir o livro de Bernardo Kucinski, enquanto **todos** comemoram a passagem para o ano novo - no íntimo familiar e no público nacional. A perda do referente

pelo esquecimento – suscitado pela interdição deliberada de sanar os hiatos da história – ganha a reflexão que encerra esse paratexto: “a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos” (KUCINSKI, 2014, p. 12).

Nada na narrativa *K.* pode ser mais do que íntimo e menos do que público, isto é, a confissão, como todo testemunho, permanece íntima e pública, diz respeito a todos e a ninguém, problematiza a totalização e a comunidade em todos nós. Mas o que singulariza a experiência da narração de *K.* é o trabalho já dado do esquecimento que se sobrepõe ao do luto, tornando-o mais impossível. Isso, poderíamos arriscar, torna-se a dolorosa “cor local” da literatura que tem lugar com base nos anos de chumbo brasileiros, performatizada por *K.* Vai-se além da impossibilidade de testemunhar no lugar das testemunhas do impossível, segundo os versos de Paul Celan (2003, p. 123), “ninguém testemunha para a testemunha”, da impostura da testemunha, lançada para longe do coração do evento. O próprio movimento de tomar testemunho, de se arranjar o tribunal que ouvirá e arquivará o testemunho, por mais que se possa pôr em causa a rememoração e a anamnese, representa um esforço radicalmente oposto ao movimento de apagar evidências, de silenciar testemunhas, de queimar arquivos, de não ensinar a história. Como fazer lembrar diante de um esforço incrível de esquecimento que não só atinge, mas sobretudo integra as instituições democráticas que, no caso brasileiro, são fruto do arranjo autoritário daqueles que não foram retirados do poder, não foram punidos tampouco julgados? Como fazer lembrar em uma democracia que se articulou num acordo que nem previu justiça transicional e que somente em 2012 instituiu sua Comissão Nacional da Verdade?

Como exemplo dessa memória mal tecida, esburacada, e desses esquecimentos nacionais, lembremos, em 2015 e 2016, as manifestações pelo *impeachment* da presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff. Manifestantes empunhavam cartazes com dizeres como “Por que não mataram todos em 1964?”, “Dilma, pena que não te enforcaram no DOI-CODI”, além dos pedidos de intervenção militar, que se propagam até hoje entre seguidores do também democraticamente eleito presidente Jair Bolsonaro, que, aliás, não se manifestou apenas uma vez em defesa da ditadura civil-militar. As manifestações pediam o fim da corrupção encarnada no Partido dos Trabalhadores, a prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e o fim das políticas sociais e redistributivas nos governos petistas, além de pedidos frequentes do retorno à ditadura. Têm início meses depois da entrega, em 10 de dezembro de 2014 – quase trinta anos após o início do governo Sarney –, dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2012, com um atraso retumbante até em relação ao Paraguai – que teve sua Comissão em 2003 –, além da exemplar comissão da Argentina (1983-1984), tida como a mais bem-sucedida do Cone Sul.

Se há um potencial público leitor que sai às ruas empunhando cartazes em que expressa seu saudosismo da ditadura, sintoma do fracasso do arquivo, do acervo referencial, quando esse não se torna conhecimento histórico sobre a ditadura civil-militar no Brasil, como pensar em ficção que toque nesse período histórico, quando se está diante do esquecimento, do apagamento e da ignorância? Quando se cria uma ficção que se relaciona com um dado histórico, espera-se que esse se encontre elaborado, para que seja possível abrir-se à experiência literária e a seu trabalho de tensionamento de categorias essencializantes, como a verdade e o bem (nisso se nota a veia cética da literatura). No entanto, diante de um dado histórico não elaborado, surge o impasse de como lidar com a ficção sobre a ditadura, tendo em vista o leitor ignaro – que reverbera na ausência de público leitor no Brasil –, em se admitindo, por um lado, que a finalidade precípua da literatura não pode ser a de formar historicamente esse leitor e, por outro, que a ficção se relaciona com uma memória, ainda que seja com um esquecimento.

À época da publicação de *K.*, em 2011, ano em que foi sancionada a lei de criação da Comissão da Verdade brasileira, Kucinski, em entrevista ao *Estadão*, reflete sobre as publicações que se voltam ao período da ditadura, afirmando que passada a fase da indignação (e, segundo ele, do aparvalhamento), restava contemporaneamente a fase da reflexão subjetiva, que busca prospectar os efeitos do que teve lugar. Esse entendimento vai ao encontro de outra declaração de Kucinski, em entrevista, quando é questionado sobre a rarefeita publicação de ficções sobre o período do regime militar:

Não sou um especialista, mas me parece que o tema pouco aparece na ficção brasileira contemporânea. Os ficcionistas jovens preferem outros temas, familiares, intimistas, ou aspectos da alienação e estupefação da pós-modernidade. Entre os que foram da geração que viveu a ditadura, especialmente entre os que lutaram contra ela, houve um predomínio – uma profusão mesmo – de relatos pessoais, como se cada um sentisse forte necessidade de registrar sua experiência. Muitos são bem escritos, mas raramente ultrapassam o plano do relato factual simples. Não atingem dimensão literária, diferentemente das memórias de um Primo Levi ou de um Aharon Applefeld sobre suas experiências no holocausto. Ultimamente surgiram as biografias, que também são relatos factuais e que igualmente não atingem dimensão literária. *Quarup*, para lembrar um dos primórdios da ditadura ficou sendo o precursor de um nada.

Kucinski traça breve panorama da ficção produzida no Brasil em torno da ditadura militar e aponta *Quarup*, de Antonio Callado, de 1967, anterior, portanto, ao endurecimento do regime pelo AI-5, como precursor de nada, haja vista o parco valor literário do que se produz acerca do período. O grosso da produção concentra-se nos relatos biográficos que, segundo Kucinski, não conseguem se alçar ao posto

de literatura. Ademais, esse cenário exposto por Kucinski torna-se mais estéril se considerarmos a ausência de vontade em discutir o passado recente brasileiro, em educar pela história. A Comissão Nacional da Verdade, ainda que guarde sua importância documental, veio tarde demais, com pouca cobertura midiática, sem a devida responsabilização das Forças Armadas. Com a escusa de garantir a segurança e o equilíbrio de nossas instituições, a Lei da Anistia não foi revista pelo Supremo Tribunal Federal, mantendo a inimizabilidade das Forças Armadas e afetando gravemente a possibilidade de justiça transicional, que tem por princípio assegurar que os crimes perpetrados e as violações aos direitos humanos cometidas nunca serão esquecidas e nunca mais acontecerão.

No âmbito da literatura, diante desse cenário que provoca perplexidade, uma alternativa tentadora ao escritor seria a encenação da memória, a hipercorreção do passado, o justicamento da história pela ficção. Certamente, essa não representa a via assumida por *K. Relato de uma busca*. O romance de Kucinski não nos deixa esquecer que não se deve encenar a memória para, por fim, reatar laços desfeitos por meio de uma nova ligadura oferecida pela descoberta ficcional do passado. *K.* não se rende a esse tipo de solução de conciliação com a história esquecida. Na contramão do livro de Kucinski, vemos o livro de Liniane Haag Brum (2012), *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*. Essa obra termina em lembrança, em reconciliação pela memória: o fecho da narrativa celebre que o tio Cilon¹ não foi esquecido, que sua história de vida se transforme em um feito heróico para que não seja vã sua luta.

Distante do afã de revirar arquivos que guarda um incontido impulso de reconciliação com a memória dos desaparecidos políticos brasileiros, o livro de Kucinski não visa a celebrar a memória, mas a desocultar a perplexidade do esquecimento. O capítulo “A terapia” apresenta ao leitor a cena de uma perícia médica no INSS de uma desconhecida Jesuína Gonzaga, afastada de suas atividades laborais na empresa Ultragás, na qual ela foi empregada graças à influência de gente de cima, segundo seu relato. A jovem de 22 anos sofre com alucinações, não consegue dormir, ouve um barulho incessante na cabeça, sangra ao menor sinal de nervosismo. No decorrer do diálogo com a terapeuta, ela é apresentada como testemunha da Casa da Morte, em Petrópolis, casa, aliás, cujo nome não se pronuncia em nenhum momento, do mesmo modo que o nome do empresário da Ultragás, Henning Albert Boilesen, quase se apaga na sugestão de nominá-lo por Alberto.

No capítulo, somente se pronuncia integralmente o nome de Sérgio Paranhos Fleury, ligado ao esquadrão da morte, mas, embora esse dado seja importante, a

¹ A narrativa se constitui pela tentativa de refazer os passos do tio da autora, Cilon Brum, morto da Guerrilha do Araguaia. Ao final, celebra-se a descoberta de que os membros da comunidade, no Araguaia, lembram-se de Cilon.

narrativa pessoal de Jesuína se sobressai e, sobretudo, aquilo que ela viu e não pôde esquecer. Concentremo-nos no aspecto da rememoração presente no capítulo e no quão incômodo ele se torna na narrativa pela sugestão de que a história se transformou na narrativa pessoal/no trauma de uma jovem, que não possui a menor consciência da história brasileira, que jamais foi apresentada a uma história que não fosse a sinédoque da repressão militar, por meio de sua visão, de braços, pernas, carne rasgada e muito sangue, na tentativa de descobrir o que se passava na garagem da qual os presos jamais retornavam, por meio de seu convívio mais ou menos próximo com os presos. Assim, quem se lembra, é possível dizer, não se lembra, mas até mesmo quem é incapaz de compreender é atingido pelo crime que não cessa de se repetir. Somos levados a imaginar que o esquecimento não é o fecho da história, que continua a se repetir no inconsciente e na inconsciência da funcionária da Casa da Morte.

Em K., ao esquecimento não se sobrepõe a celebração da memória redentora, que, finalmente, poderia fechar a história. A narrativa se debate contra um método contumaz que certamente colabora com o esquecimento, mas se torna mais insidioso visto que, no caso de Ana Rosa e muitos desaparecidos políticos, não se trata de um empenho de esquecer, desprezar a morte, mas de deixar viva a vítima, de, por meio do aparato repressivo não deixar registro ou vestígio de sua morte e ainda mobilizar forças para afirmar a vida do desaparecido, a fim de intensificar o desespero de quem parte em sua busca. A crueldade de deixar viva se encontra além do esquecimento histórico em que vivemos e do esquecimento do pai K., na narrativa, em sua tentativa de juntar traços da história de sua filha por meio das fotografias, refazer seus passos antes do desaparecimento, compreender os fatos de sua infância, buscar nos gestos cotidianos indícios de sua vida clandestina, ao mesmo tempo que se castiga por não conseguir se lembrar de tudo, impondo a si a impossível tarefa de não deixar um quadro em branco na memória de sua filha, forçado pela perplexidade infligida pelo desaparecimento sem morte.

Não só as cartas que chegam no endereço que jamais foi de Ana Rosa assinalam sua permanência no rol dos vivos – fruto talvez da errância exaustiva em torno do nome da irmã –, mas, como vemos no “Post scriptum”, datado também de 31 de dezembro de 2010, o telefonema ainda se mostra como eficiente método de tortura de familiares, tortura que já se estenderia *ad aeternum* pela impossibilidade de os familiares aceder aos fatos relacionados ao desaparecimento, mas se torna mais brutal por sua banalidade, pela insistência em repeti-la após quase quatro décadas.

O telefonema como estratégia para enlouquecer os familiares, avisando-os do suposto paradeiro do desaparecido consta do método de afirmar que nada aconteceu, de não responsabilizar o Estado e seus órgãos e agentes de repressão, de culpabilizar as vítimas, desmoralizando-as socialmente. Lembremos da reflexão de K., judeu, devoto do iídiche, perseguido político na Polônia, imaginou que encontraria tranquilidade para si e para os seus no Brasil, onde chegou em 1935:

“Até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. [...] A cada morte, davam baixa num livro. [...] Não havia a agonia da incerteza; eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas” (KUCINSKI, 2014, p. 233). Essa reflexão nos faz pensar na peculiaridade de sua busca improfícua em face do negacionismo do terrorismo de Estado, que perpetrou tantas mortes e, mais, em face de um Estado que não se responsabiliza em contar a história dessas mortes.

Ainda sob a impossibilidade de celebração pela memória, destaca-se a passagem sobre a homenagem de atribuir o nome de Ana Rosa à rua de um loteamento periférico no Rio de Janeiro, que se contrapõe à manutenção das homenagens aos militares responsáveis pelas violações aos direitos humanos no regime militar. K. antecipa sua perplexidade no seguinte trecho: “todos eles morrerão de morte natural, rodeados de filhos, netos e amigos, homenageados seus nomes em placas de rua” (KUCINSKI, 2014, p. 27), para, então, no capítulo em que ocorre a homenagem, refletir: “Como foi possível nunca ter refletido sobre esse estranho costume dos brasileiros de homenagear bandidos e torturadores e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade” (KUCINSKI, 2014, p. 163-164).

A matéria “Bairro com nomes de revolucionários sofre com violência da PM de SP”, veiculada pelo *site El País*, em 2015, menciona a situação de marginalização dos locais em que figuram, nos nomes de ruas, guerrilheiros e outros revolucionários que foram massacrados por regimes ditatoriais, como Olga Benário, Carlos Lamarca e Carlos Marighella. Esses locais, como o Jardim Elisa Maria, na periferia norte de São Paulo, ainda permanecem sob a ameaça do aparato repressivo ilegal da polícia militar, tal qual nos anos da ditadura. Segundo relatos dos moradores entrevistados, as chacinas fazem parte do cotidiano violento do bairro periférico, nas quais se sugere a participação de policiais encapuzados, membros de esquadrões de extermínio como o já identificado “Os Matadores do 18”, responsável pela chacina de sete jovens no escadão da rua Olga Benário, em 2007. Os moradores frequentemente assistem à atuação de grupos de extermínio que assassinam os jovens da periferia como instrumento de retaliação policial, religiosamente seguida pela aparição de viaturas que carregam os corpos das vítimas, desaparecem com as cápsulas de bala, apagam indícios. A matéria de Gil Alessi (2015) reporta-se à publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade e apresenta a reflexão de que a impunidade ligada às violações dos direitos humanos no período investigado alimenta a continuidade de crimes infligidos pelas forças policiais, que incluem as detenções sumárias, os desaparecimentos (como o do pedreiro Amarildo de Souza, desaparecido em 13 de julho de 2013, após ser levado para UPP da Rocinha, na zona sul do Rio), as execuções e chacinas, enfim, o genocídio da população jovem negra periférica.

De um flagrante contemporâneo, como a permanência da homenagem aos torturadores, que faz parte da discussão levantada sobre a memória e o esquecimento e diz respeito ao contexto de composição da narrativa, passemos à reflexão sobre o

relato da tortura, sobre o desafio de fazer ficção sobre a tortura, crime cometido nos porões dos órgãos de repressão. As torturas, as mortes e os desaparecimentos são contrastados em *K.* pelo programa de extermínio nazista, de sorte que, em razão de se tratar de uma vida familiar marcada, ainda que não diretamente, pelo holocausto, uma família judia cujo pai carrega a devoção à língua iídiche, quase exterminada nos campos, a referência a Auschwitz, filosofema criado por Theodor Adorno, é frequentemente recuperável.

Em alusão ao ensaio “*Après coup*”, de Maurice Blanchot (1983), em que se assevera a impossibilidade de relato de ficção sobre Auschwitz, pensemos na impossibilidade do relato de ficção da tortura. Nesse ensaio, Maurice Blanchot proferiu a polêmica sentença de que toda narrativa é anterior a Auschwitz, não importa em que momento tenha sido escrita, pois, segundo sua compreensão, Auschwitz é a ruína total da possibilidade, o evento absoluto em que toda a História se abrasou. Em agudo contraste, toda a narrativa traz uma possibilidade de reconciliação, cujo exemplo, “céu soberbo e vitorioso, o próprio Blanchot retoma de uma narrativa sua, *L’Idylle*, cujo espaço foi comparado ao de campos de concentração. O espaço da narrativa foi comparado a um campo de concentração: prisioneiros, chamados de vagabundos, submetidos ao desonroso trabalho de transportar inutilmente pedras de um lugar a outro e vulneráveis ao castigo infligido por chicotadas. Diante da especulação acerca de essa narrativa, escrita em 1936, ser o presságio do horror que teve lugar nos campos da morte, Blanchot, tomando a expressão “céu soberbo e vitorioso”, que encerra a narrativa, reflete sobre a impossibilidade de se reportar ficcionalmente a Auschwitz uma vez que toda narrativa pode admitir um céu soberbo e vitorioso como glória do dizer narrativo. Maurice Blanchot se distancia da hipótese de a literatura transmutar o horror da verdade trágica na experiência catártica suscitada por uma bela forma e apreende, como exemplo, Kafka e *A metamorfose*, quando à morte de Gregor Samsa, sobrepõe-se a promessa na juventude do corpo de sua irmã, votada ao casamento. Kafka jamais poderia imaginar qual seria o destino horrível de seus familiares, depois de sua morte, quando, como Gregor, ele julgava que traria alívio aos seus. Muitos deles, no entanto, seriam exterminados nos campos de concentração.

Sob a inspiração do texto de Blanchot, pensemos na impossibilidade de relatar ficcionalmente a tortura, para a qual Kucinski nos apresenta uma alternativa. Em *K.*, o casal Ana Rosa Kucinski/Silva e Wilson Silva mantém preparadas pílulas de cianureto caso fossem capturados pela repressão. O destino de Ana Rosa é narrado na cena da terapia da funcionária inconsciente da Casa da Morte, Jesuína: segundo o relato da doente psiquiátrica, ela fora enviada por Fleury, como acontecia regularmente, para a cela da nova presa, a fim de extrair possíveis informações do interesse dos torturadores, e tivera contato com a dignidade grave da professora de química, que, ao menor sinal de ser submetida à tortura, provê seu suicídio: “Foi aí que ela de repente meteu um dedo na boca e fez assim como quem mastiga forte

e daí a alguns segundos começou a se contorcer. Eles nem tinham aberto a cela, ela caiu de lado gemendo, o rosto horrível de se ver e logo depois estava morta” (KUCINSKI, 2014, p. 130).

A solução criada pela narrativa de não contar a tortura de suas personagens, ainda que se relacione à impossibilidade de uma pessoa imaginar a tortura de um familiar – ou seja, não é possível dizê-la literária –, escapa à narrativa da tortura, à qual não se esquivou, por exemplo, o filme de Sérgio Rezende, *Zuzu Angel*, de 2006, ao apresentar a sequência da tortura sofrida por Stuart Edgard Angel Jones. A representação inclui o conhecido instrumento de tortura *pau de arara* e se junta aos diálogos que assumem um tom didático, a fim de, provavelmente, informar o espectador acerca dos crimes contra a humanidade cometidos pelo regime militar. Aliás, Zuzu Angel, cujos esforços são comparados aos de K. para obter informações sobre a filha, é lembrada no capítulo “A abertura”, que narra o empenho de Fleury em espalhar desinformação e mentiras sobre o paradeiro dos desaparecidos pelo regime político em cujas esferas superiores já se cogitava a abertura política, a contragosto do delegado da repressão. A composição narrativa de Fleury, aliás, parece empenhada em transmitir seu sadismo e sua atuação para além da obrigação expediente burocrático, haja vista que, mesmo sob ordens contrárias, o delegado Fleury ainda reafirma o emprego de seus métodos a seu subordinado: “Me deram carta branca, que era para acabar com os comunistas, não deram? Acabei com eles, não acabei? Então que não encham o saco” (KUCINSKI, 2014, p. 69).

A impossibilidade de narrar a tortura por mais que se a substitua pela cena empobrecida literariamente do envenenamento por cianureto² se relaciona à falta ou à impossibilidade textualizada na narrativa, como é possível que ocorra com a literatura diante de absurdos crimes contra a humanidade, diante da calcinação de homens provocada por outros homens, transformando a literatura em inconveniência. Essa inconveniência ganha seus contornos na narrativa por meio da culpa que K. sente por ter se dedicado à literatura, à preservação de uma língua moribunda como o iídiche cujos falantes primeiro tinham sido exterminados na *Shoah* e depois por Stálin. A trajetória de K. começa com o paralelo entre sua militância política na Polônia e a militância política de sua filha no Brasil. No caso de K., sua militância resulta no exílio no Brasil, que, no entanto, não poupará a família do grave destino dos judeus da Polônia na Segunda Guerra Mundial. Diante da notícia de que a família em Wloclawek fora dizimada, na Polônia, quando da invasão dos nazistas, sua esposa deprime-se severamente, recebendo, pouco depois, o diagnóstico de câncer de mama.

² O Volume III do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, *Mortos e desaparecidos políticos*, traz a versão do ex-delegado da Polícia Civil Cláudio Guerra, que relata ter participado da cremação dos corpos de Ana Rosa Kucinski/Silva e Wilson Silva, na Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes. Segundo consta no Relatório, os corpos apresentavam sinais de tortura - ela apresentava marcas de mordida; ele tivera as unhas da mão direita arrancadas.

A culpa passa a acompanhar sistematicamente K. em razão de seu distanciamento em relação a Ana Rosa, movido pelo apego ao iídiche, como na passagem em que, atrás da enciclopédia do idioma, ele recupera fotografias desconhecidas da filha. Primeiro, veio a surpresa com a militância política de Ana Rosa, embora fosse uma tradição familiar, e, no encontro da comissão dos familiares dos desaparecidos políticos com Dom Paulo Evaristo Arns, quando a cunhada de Ana Rosa se apresenta a ele, a surpresa por ela ter se casado. Logo veio a frustração, a mágoa, por não saber do casamento da filha, enquanto na família do genro ela fora recebida ainda que com discrição. Será que o motivo estava no fato de ela ser a primeira judia da família a casar com um *gói* (não judeu)? Será que Ana Rosa tentava retaliá-lo por ele ter se casado com uma mulher com quem ela não simpatizava? Será que era por ele ter se voltado com tamanha insistência à literatura e ao iídiche e era incapaz de se integrar ao mundo fora de suas sessões literárias? Em meio a essas e outras perguntas, K. nutria sua culpa de ignorar boa parte da vida da filha.

A culpa de K. por ter se envolvido muito mais estreitamente com as sessões literárias do que com a história pessoal de Ana Rosa perfaz a busca, que não consiste apenas no objeto da narrativa, mas se confunde com a própria narrativa. A narrativa é tão fragmentada e esburacada quanto a trajetória de K., comparável ao universo kafkiano, como Joseph K. de *O processo*, de Franz Kafka. A prorrogação infinita da busca de K. é fazer literatura – literatura que não é senão a escrita de seu abandono, a vergonha de sua procrastinação, a culpa pelo seu demorar-se, pelo morrer diferindo-se indefinidamente na vida e para além da vida de K. O capítulo “O abandono da literatura” trata-se do encontro de K. com o fim, o desaparecimento da literatura, que, no entanto, foi há muito tempo - desde o início de sua busca - transmutado no rito iniciático de imersão num cotidiano esburacado, de ingresso como personagem literária – quase a tópica do judeu errante, escritor/leitor que escreve a escrita inaugurando a literatura não pelo empenho em interiorizar-se, em seus dons especulativos e literários, mas pelo padecimento na precariedade de seus meios, na vanidade de sua busca. Trata-se da passagem da primeira para a terceira pessoa, que, segundo Maurice Blanchot (1949), Kafka experienciou sentindo a fecundidade da literatura.

O capítulo começa com a tentativa de escrever sobre sua busca, de escrever sua obra maior para se redimir por tamanha dedicação à literatura enquanto sua filha imergia em um mundo do qual ele só foi ter notícia quando já era tarde demais. K., o judeu-escritor errante, tenta escrever em iídiche a história de sua filha, mas as palavras começam a lhe faltar, como se a sintaxe e a semântica fossem insuficientes. Seria um problema do iídiche? Seria um problema de sua formação demasiado preciosista, que não lhe permitiria domesticar em palavras a obscenidade do que tinha acontecido? Logo, no entanto, vem-lhe a seguinte percepção: “estava errado fazer da tragédia de sua filha objeto de criação literária, nada podia estar mais

errado. Envaidecer-se por escrever bonito sobre uma coisa tão feia” (KUCINSKI, 2014, p. 136).

As vaidosas reuniões literárias das quais sempre tomara parte como se pudessem preencher sua vida ou, mais, como se sua vida se dividisse de tal forma que a literatura estivesse à parte, um refúgio do imigrante, do exilado político, jamais poderiam dar vazão ao que ele pretendia agora escrever. O ídiche conseguira deixá-lo alheio, inimputável e inconsciente, tornando-se uma distração vã enquanto debaixo de seus olhos a filha era desaparecida. Até se lembra da ocasião em que repreende Ana Rosa por interromper uma de suas sessões. Ela poderia estar em perigo, mas o ídiche era mais importante. E, por sua importância, tornara-se absoluto, de sorte que não poderia haver outra decisão do que a de nunca mais escrever nessa língua, para ele, dos fracos, dos exterminados e, de modo muito mais grave, daqueles que se deixam vencer. K., então, toma a decisão de escrever em hebraico – a língua do Estado de Israel e, portanto, da resistência dos judeus – para relatar a suas netas, que viviam em Israel, o que tinha acontecido a Ana Rosa: “Assim, não era mais o escritor renomado a fazer literatura com a desgraça da filha; era o avô legando para os netos o registro de uma tragédia familiar” (KUCINSKI, 2014, p. 137). A imersão de K. na literatura é sua recusa obstinada em fazer literatura da desgraça familiar, em se abster da busca pela redenção, pelo alívio, pela conciliação vindos de seu gosto literário. Ora, bem aí a literatura de elegância e bom gosto torna-se um gaguejar incessante.

Já que escrevemos sobre a errância de K., o literato que abandonou a literatura tornando-se parte do destino da literatura como desaparecimento, lembremos o capítulo “Os extorsionários”, pois nele se monta o julgamento, no qual se entrevê a lei, quando finalmente se desvela a atmosfera de legalidade no portal mágico do sumidouro de pessoas. Não obstante, o julgamento se apresenta como uma farsa. Nele, são réus os extorsionários, aqueles que tentam obter dinheiro em troca de um testemunho falso, aproveitando-se do desespero dos familiares dos desaparecidos. Se pensarmos que foi dito no primeiro capítulo que a corrupção é a fresta do Estado e quando esta se fecha o Estado se torna duplamente maligno, por ser cruel e inatingível, entende-se que há algo além de perjúrio na fala dos extorsionários, de modo que o perjúrio torna-se a *performance* do julgamento, daqueles que propalam a lei e insistem em propalar que a filha de K. jamais esteve presa. Assim, o veredito que pune o extorsionário, que afirmou que Ana Rosa fora presa, vem acompanhado do seguinte: “Que conste dos autos que nenhum civil esteve detido em dependências militares, conforme confissão do indigitado foi tudo uma farsa” (KUCINSKI, 2014, p. 149-150). A farsa se transmite ao capítulo seguinte “A reunião da congregação”, no qual se misturam trechos da ata oficial do expediente burocrático, que definiu a rescisão do contrato de trabalho da professora Ana Rosa em razão de abandono de função, e imersões na consciência dos professores, mais ou menos coagidos a desmoralizar a desaparecida no documento de rescisão de contrato, que se resume

na atestação de sua vida, na presunção de seu livre arbítrio, de sua escolha em manter-se ou não nas funções acadêmicas.

Esse capítulo, entretanto, não consegue manter o ritmo narrativo, devido ao dado de realidade dos professores que participaram da reunião – momento em que o arquivo se ressentia de tornar-se ficção. Daí a insistência em lançar mão de expedientes que visam a remoer a ficção: “Este relato foi imaginado a partir da ata da reunião, transcrita nos trechos citados a seguir” (KUCINSKI, 2014, p. 152); “Não sabemos o que passou pela sua cabeça durante a reunião, podemos apenas imaginar” (KUCINSKI, 2014, p. 152); “Imaginemos que pense assim” (KUCINSKI, 2014, p. 153); “continuemos a imaginar” (KUCINSKI, 2014, p. 156). Embora o fato de o livro ser fragmentado e não linear permita a diversidade de registros narrativos, como o diálogo, o relatório, a entrevista, assim como a linguagem empolada da ata burocrática, seria necessário equilibrar a qualidade narrativa de um capítulo para outro. Contudo, em *K.*, vê-se a escolha pelo registro apressado, tanto no nível da frase quanto na montagem dos capítulos, o que resulta em uma sequência como a que apresentamos anteriormente: o julgamento do militar extorsionário, seguido pela reunião no Instituto de Química.

O problema da pílula de cianureto, no entanto, dialoga com um problema maior “de memória” na narrativa, ainda que esta seja bem-sucedida em evitar celebrar a memória das vítimas como parte de um anseio familiar de resgatar a memória de um ente familiar, como se observa em *Antes do passado*. O “problema de memória”, que consiste na tentativa de aplacar a tensão insolúvel do esquecimento pelo emergir do resgate da lembrança, se concentra apenas no capítulo “A terapia”, com o relato de Jesuína sobre a Casa da Morte. Na sessão de terapia, o relato de Jesuína tanto resgata a memória de Ana Rosa quanto permite que a terapeuta recupere não apenas o referente histórico acerca da ditadura, mas se recorde dos rostos familiares vitimados pela ditadura: “rostos de antigos colegas e amigos passam pela sua mente em redemoinho” (KUCINSKI, 2014, p. 126). O capítulo se constrói em torno dessa memória conciliadora, que, entretanto, no nível narrativo, se apresenta no tormento das personagens, de modo que esse tormento poderia ser explorado na narrativa como memória impossível ou do impossível, rasgada pelo ostensivo aparelho repressor que opera no esmagamento e na assombração persecutória da memória, tal como reflete o testemunho de Rose Nogueira, sobrevivente à tortura, veiculado por *El País* (2014), na ocasião da entrega dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade: “os militares diziam que a tortura não passa nunca. Tinham razão”. No entanto, o capítulo se encerra na escolha pela memória conciliadora, ainda que na atmosfera dessa memória esmagada ou persecutória do diálogo entre terapeuta e paciente, por meio da solução melodramática do abraço que assinala a comunicação, transmissão de afetos, conciliação, qual uma tentativa de vencer o repressor, de vencer o torturador envenenando-se diante dele no limiar da violência inenarrável.

Ainda que a escolha das personagens do capítulo seja traço do esmagamento e da fuga da memória persecutória, intimamente ligados, pois, ora, o trauma posto a nu não é o de uma torturada propriamente dita, mas o de uma peça desimportante do aparato de tortura; o ambiente é um confessionário privado ainda que esteja posto no cenário de uma repartição pública; a interlocutora não poderá transmitir o segredo, publicizá-lo, torná-lo de todos, a narrativa busca conectá-las, mesmo que o abraço que ambas se dão não possa ser encenado pela sociedade brasileira com a compreensão da memória de seu passado. Para a finalidade redentora da memória, a ignorância e inconsciência da pobre peça da engrenagem da tortura se revelam um saber, a profusão da rememoração que se expande inexoravelmente.

As passagens do livro em que observamos a missão literária de K., sobretudo, por meio do confronto entre sua dedicação à literatura e a impossibilidade de vivenciar o que aconteceu com sua filha, que se verte na impossibilidade de narrar, de transformar em literatura com os únicos meios de que dispunha, isto é, a literatura e a língua ídiche, são as mais intrigantes por terem parte com o *mise en abyme* em que se desdobra a narrativa. A ambição literária de K., frustrada, está próxima da ambição literária que põe em movimento a narrativa da ambição literária frustrada da personagem que se transpõe em sua imersão na literatura. Assim, supomos que a impossibilidade da obra de Kucinski, a impossibilidade de narrar o íntimo e familiar, assim como é igualmente impossível narrar os torturados e desaparecidos e uma história nacional deliberadamente esquecida, faça a obra *K. Relato de uma busca*, obra em que a ambição literária de K. é minada talvez para que a ambição literária não seja senão o mal-estar que põe em marcha a narrativa, que se torna, por fim, a narrativa da busca da narrativa que fracassa. Assim, o final de K. não consiste no encontro do pai com a narrativa acabada da filha, ainda que possamos afirmar que a passagem da pílula de cianureto pareça consistir em um momento de consolação para o irmão que escreve a história da irmã desaparecida: a busca vã e a impossibilidade de resgatar todos os passos da filha são a história de K., inconsolável. E seu fim é sua travessia, distante da conciliação.

Os capítulos “Na baixada fluminense, pesadelo” e “No barro branco” expõem que a errância e que a digressão não são os passos de um desenlace narrativo e por isso condensam os melhores momentos da narrativa. O primeiro narra um pesadelo e refere-se ao absurdo dos cemitérios clandestinos e, mais do que isso, ao absurdo da busca por covas anônimas, por ossadas igualmente despersonalizadas. A um lugar afastado, periférico, tal qual os lugares que guardaram em seus logradouros o nome de militantes desaparecidos, K. é conduzido pela investigação de um jornalista e ali se vê incapaz de realizar o trabalho de escavação, que necessitaria de perícia, de técnica, de diligências oficiais e não do trabalho silencioso de uma pá igualmente clandestina, que torna mais aguda a negligência do Estado. A impossibilidade de K. recolher ossos tão desfigurados quanto a história do que fizeram com sua filha, de devassar um túmulo sem túmulo, uma ossada insepulta, sem *matzeivá* (túmulo),

sem rito e, portanto, sem corpo, reelabora-se no sonho como artifício do demorar-se da busca. No sonho, a escavação improfícua transporta-o para a ruminação do passado, para a infância não sentimentalizada de sua filha. Ao ato de escavar se sucede a descoberta de rostos familiares na superfície, o sacrifício da cobra que o surpreendeu de dentro do buraco e a sensação dos efeitos da malária em seu corpo. Ao interromper subitamente a escavação, ele se dá conta da presença de Diva, a menina negra que ele levava para trabalhar em sua casa e cuidar de sua filha, observando-o com uma criança no colo – um bebê com o rosto de sua filha.

O sonho remontava ao primeiro terreno que comprara no Brasil, que descobriu ser um brejo (tinha sido enganado pelo amigo que lhe vendera), exigindo-lhe o trabalho de lidar com a terra selvagem (em que matou três cobras), e cujo contato resultou na infecção por malária. O buraco que ele não se atreveu a escavar em seu sonho se transfigurava numa cova prestes a engolir seu passado familiar, de modo que a ausência de Ana Rosa passa a agir incessantemente erodindo, devassando silenciosamente as relações que testemunhavam sua existência e igualmente testemunhavam seu desaparecimento. Para aqueles com quem se desenvolvia o afeto e a responsabilidade, dele inseparável, esse esburacamento insidioso vai se transformando em falta/erro. Não ser capaz de resgatar no passado qualquer traço que ateste a vida daquele que desapareceu, que possa compor integralmente a memória que dele se tem, revela-se ao mesmo tempo, para os familiares, crime e tortura de uma falta, desatenção ou distração sob a qual a pessoa querida desapareceu, desfazendo todo um universo de afetos, como relembra a dedicatória do livro.

Para K. a falta com a Ana Rosa era ter cometido literatura: “Tudo o que fizera nesses cinquenta anos não passou de um autoengano, assim ele agora avaliava. Seus livros, suas novelas, seus contos, seu fascínio por esse fim de mundo que acabou por engolir a filha” (KUCINSKI, 2014, p. 172). No entanto, somente pela literatura pode-se dizer a infinitude de sua errância, que é a imensidão de sua perda, uma perda que só pode se exprimir por seu caráter jamais definitivo. O final do livro no Presídio Barro Branco sugere o momento em que a busca errante de K. vence o que seria o fim da procura, o encontro tão desejado, aos poucos tornado espera, como já anunciava o capítulo do pesadelo: “depois de tantos informes falsos, tantas buscas inúteis, já se viciara em buscar apenas por buscar” (KUCINSKI, 2014, p. 97). Nesse momento, sua errância torna-se literatura, independentemente de a visita ao presídio de fato ter ocorrido e pertencer à memória daqueles que se encontraram com Mayer Kucinski, em 1975. Ou melhor, digamos que justamente o ter lugar da visita aos presos políticos que faz ter lugar a literatura como a tentativa de dar conta de uma memória do impossível. Como reflete Philippe Lacoue Labarthe (2011), se a existência tenta rememorar a impossível memória do nascimento, a literatura tenta rememorar a impossível memória da morte. Como vemos no testemunho de Hamilton Pereira (ou seria Pedro Tierra, seu pseudônimo?), resgatado em parte na página 174 de *K.* – deixando sem se desvelar o que deve permanecer como

dissimulação –, seu encontro com o sr. Kucinski devém poesia. Sobre esse encontro, ainda temos a seguinte ramação:

O relato torrencial não admitia interrupção. Eu mirava a intensa gesticulação de Mayer Kucinski e via o Sr. K, o personagem de Kafka em busca de respostas a percorrer os labirintos do “Processo” de contornos enganosos, sempre indefinidos, sempre remetendo para outra sala, outro espaço, outro desespero, outro desalento, outro infinito périplo... (TIERRA, 2008, p. 174)

Se isso estivesse dito em *K. Relato de uma busca*, a narrativa estaria entregue à ruina, pois nessa afirmação ruiria o texto literário, em consonância ao que Philippe Lacoue-Labarthe e Jean-Luc Nancy (1978), em *L’Absolu littéraire*, afirmaram, com base no círculo dos intelectuais de Jena, na Alemanha, no início do século XIX: a literatura é automanifestação, cujas implicações mais óbvias são a possibilidade de ela desdobrar-se em sua crítica e, sobretudo, de ela expor-se a seu próprio acidente – o seu fazer é nudez de ossos, carne e sangue expostos; com efeito, uma nudez de carne. Assim, em *K.* o abandono “literário” da literatura consiste numa forma de ela se expor ao risco, ressoando um murmúrio de que a possibilidade literária está relacionada àquilo que a ameaça – a exposição ao acidente e o acidente mesmo, como escreveria Jacques Derrida (1992) sobre a poesia.

No capítulo que lemos, com efeito, a literatura se expõe por meio da nudez de K.: exposto à vulnerabilidade de sua vida de militante judeu da esquerda sionista na Polônia, despojado de 50 anos de um autoengano que lhe fez acreditar em sua preservação pela literatura. O Presídio de Barro Branco cumpre na narrativa o peculiar papel de estranho familiar para K. e suas dependências ficavam no quartel que o homem conhecia há 50 anos, desde que viera exercer no Brasil a atividade de mascate e, do cotidiano de visitas aos fregueses, depreendia suas magníficas histórias que seriam vertidas ao ídiche e publicadas em veículos inacessíveis a suas personagens brasileiras. Finalmente, as repartições burocráticas inacessíveis – como em *O processo*, de Kafka – permitiam a tentativa de estabelecer contato, acordado em decorrência do trato antigo com sua freguesia: o sargento Ademir, cuja família era conhecida de K., arranhou a visita com o coronel Aristides, seu cunhado – contato possível em virtude do microcosmo dos afetos e não dos submundos do sadismo institucional. Lá no presídio, cerca de trinta presos se fazem acessíveis, provavelmente, sobreviveram à tortura ou se safaram dessa, e, naquele momento, tinham alcançado a relativa dignidade do título de presos políticos – tiveram sorte ante um Estado que em muitas ocasiões se recusou a admitir quem eram os seus presos, subtraindo-lhes, portanto, até a garantia da identidade atestada no expediente burocrático.

Do encontro de K. com os presos, que partilhavam com o velho o saber da morte da filha e de seu esposo, integrantes da Aliança Libertadora Nacional

(ALN), delatados e mortos pelo regime, não se entreviu a transmissão desse saber – não consistia na busca desse saber a errância de K., como também não podemos ingenuamente afirmar que aquilo que o move é somente a esperança de encontrar a filha viva ou de finalmente tê-la como morta. O absurdo do desaparecimento espelha-se no absurdo do morrer que não resulta em morte e a errância profunda daqueles que experienciam o desaparecimento do outro é a perpetuação da morte em morrer infinito. A errância de K. tem dupla absurdidade: ao mesmo tempo que tenta a recordação da morte, e isso faz com que sua errância seja literatura, tem de lidar com a experiência real e impossível do morrer sem fim de sua filha, desaparecida política. A literatura é o lugar de registro da ausência de termo na morte – lugar em que K. se desdobra em incontáveis outras personagens, haja vista a relação com Joseph K. ou K. das narrativas kafkianas –, por isso, no espaço literário, a história de Ana Rosa poderá finalmente ser contada. K., como personagem, certamente ignora isso, mas sua história contém o relato da possibilidade de relato e como nas narrativas kafkianas que engolem suas personagens num vórtice de incompreensão, a narrativa de K. pode dizer sem que ele desconfie do quão enredado por suas malhas ele se encontra a ponto de a narrativa agir sobre ele. K. acredita ter abandonado a literatura em iídiche e finalmente poder se reconciliar com seu passado de militante político que o faria partilhar dos instantes últimos, antes ignorados, de sua filha, no entanto, o que o avizinha de Ana Rosa – provavelmente no longínquo que separa a ambos – é sua dupla errância que permite finalmente contar essa história.

PINHEIRO, A. M. C. K. relato de uma busca: the impossible memory of death. *Itinerários*, Araraquara, n. 50, p. 137-153, 2020.

■ **ABSTRACT:** *This paper is an analysis of the novel K. Relato de uma busca by Bernardo Kucinski. Its purpose is that Literature is a recall of an event for which there's no memory: death. Thus, it makes it possible to bring the novel's narrative closer to the Brazilian military dictatorship period, when the state of exception, even after the torture and disappearance of hundreds of Brazilian citizens, denied to their relatives and parents the historical truth about their deaths. Therefore, death becomes impossible for those victimized by the state's terrorism. In Kucinski's novel, the narrative becomes a territory of an infinite dying, which conducts to the limit the impossible death of the people who disappeared for political reasons. So, this work analyses the ongoing discussion of post-Auschwitz theorists on writing and it highlights the impossibility of testimony and of fiction in the light of an event in which History astonishes and burns itself.*

■ **KEYWORDS:** *Death. Disappearance. Military dictatorship. Narrative. Search.*

REFERÊNCIAS

ALESSI, Gil. Bairro com nomes de revolucionários sofre com violência da PM de SP. **El País**, São Paulo, 13 fev. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/politica/1421338657_543399.html. Acesso em: 10 fev. 2020.

BLANCHOT, Maurice. **Après coup précédé par Le ressassement éternel**. Paris: Minuit, 1983.

_____. **La part du feu**. Paris: Gallimard, 1949.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 3).

BRUM, Liniane Haag. **Antes do passado**: o silêncio que vem do Araguaia. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012.

CELAN, Paul. Aschenglorie. In: _____. **Renverse du souffle**. Traduit par Jean-Pierre Lefebvre. Paris: Seuil, 2003.

CINQUENTA anos da ditadura militar é relembrada (sic) com lançamento de livros. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 mar. 2014. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2014/03/11/interna_diversao_arte,416781/cinquenta-anos-da-ditadura-militar-e-relembrada-com-lancamento-de-livros.shtml. Acesso em: 10 fev. 2020.

DERRIDA, Jacques. Che cos'è la poesia? In: _____. **Points de suspension**. Paris: Galilée, 1992.

KUCINSKI, Bernardo. **K. Relato de uma busca**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LACOUE-LABARTHE, Philippe. **Agonie terminée, agonie interminable**. Paris: Galilée, 2011.

LACOUE-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc. **L'Absolu littéraire** : Théorie de la littérature du romantisme allemand. Paris: Seuil, 1978.

“OS MILITARES diziam que a tortura não passa nunca. Eles tinham razão”. **El País**, São Paulo, 13 dez. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/14/politica/1418512628_738857.html. Acesso em: 5 fev. 2020.

TIERRA, Pedro. Há quarenta anos: a treva dentro da terra. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 10 dez. 2008. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2008/12/10/ha-quarenta-anos-a-treva-dentro-da-treva/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

